

HABEAS CORPUS Nº 515.485 - SP (2019/0168328-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SANTIAGO PASQUETTE PERES
ADVOGADO : SANTIAGO PASQUETTE PERES - SP408136
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PRISCILA CARVALHO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PRISCILA CARVALHO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação n. 0011678-20.2008.8.26.0038.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, pelo Juízo de 1º grau, às penas de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.200 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 15/25).

Inconformadas, ambas as partes apelaram e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso defensivo e proveu o ministerial para exasperar as penas aplicadas à paciente para 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.333 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação (fls. 82/92), por acórdão assim ementado:

TRÁFICO DE DROGAS – ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – Recurso da acusação – Aumento da pena-base – Critérios do artigo 42, da Lei n. 11.343/06 (quantidade e natureza da substância) – Recurso provido.

TRÁFICO DE DROGAS ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO Recurso defensivo (Edivânio) Nulidade Inversão no rito Interrogatório Ausência de intimação do defensor Inquirição de testemunha por carta precatória sem a presença do defensor Inadmissibilidade Já ciente da audiência, mas ausente, houve nomeação da Defensoria Pública Preclusão Absolvição Insuficiência probatória Impossibilidade Substância flagrada na residência Recurso desprovido.

TRÁFICO DE DROGAS ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO Recurso defensivo (Priscila) Nulidade Inadmissibilidade

Mandado de busca e apreensão sem fundamentação Descrição pormenorizada inclusive com limitações administrativas Inépcia da denúncia Requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal, preenchidos - Princípio da identidade física do juiz Julgamento pelo Juiz que presidiu a instrução Inversão no depoimento do acusado Lei de drogas que estabelece procedimento diverso do atual Código de Processo Penal Ausência de prejuízo Prova suficiente para a condenação Aplicação do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 impossível Recurso desprovido.

No presente *mandamus* (fls. 3/14), a impetrante sustenta que o Tribunal *a quo* impôs constrangimento ilegal à paciente ao exasperar a pena-base, ao argumento de que a quantidade e a natureza de drogas apreendidas não justificam a referida exasperação.

Uma vez reduzida a pena aplicada, aduz que a paciente faz jus ao regime inicial mais brando, aberto, pela aplicação do disposto nos enunciados n. 440 da Súmula desta Corte e 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ao final, liminarmente e no mérito, requer a aplicação da pena-base no mínimo legal e a fixação de regime inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal, notadamente se considerado que o regime inicial mais gravoso decorre do montante de pena aplicado à paciente, o que está em consonância com o disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após parecer ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

